

Transgênicos

Problemas jurídicos

EM 20 de setembro último, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) emitiu parecer técnico favorável à liberação comercial do milho BT11 resistente a insetos. Foi a terceira aprovação de variedades geneticamente modificadas de milho em quatro meses. Entre maio e agosto, a CTNBio liberou a comercialização de versões resistentes a herbicidas e a insetos, respectivamente. As detentoras das variedades são a alemã Bayer, a americana Monsanto e a suíça Syngenta.

O milho BT11 é produzido em diversos países, como Estados Unidos, Canadá, Argentina, Japão, África do Sul e Uruguai. Atualmente, há milho GM legalmente aprovado em 14 países. Esses produtos passaram por diversas e rigorosas avaliações científicas, definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Food and Agriculture Organization (FAO).

A Justiça Federal da 4ª Região determinou a suspensão do milho transgênico do tipo MON 810, produzido pela multinacional Monsanto. A decisão da juíza substituta Pepita Durski Tramontini Mazini, da Vara Ambiental, Residual e Agrária de Curitiba, determina que a CTNBio se abstenha de autorizar qualquer variedade de milho transgênico sem antes elaborar medidas de segurança para garantir a coexistência da variedade com as plantas convencionais. O objeto inicial da ação civil pública é o milho transgênico Liberty Link, produzido pela Bayer.

No início de julho, a CTNBio tinha sido obrigada, por meio de liminar, a estabelecer medidas de biossegurança antes de qualquer liberação de milho transgênico para garantir a coexistência das varia-

des de milho orgânicas, convencionais ou agroecológicas com as variedades transgênicas. Também foi exigida a elaboração do plano de monitoramento aplicável após a introdução da espécie transgênica no meio ambiente.

Em meados de julho, a CTNBio criou uma subcomissão para elaborar um plano de monitoramento e outro de coexistência do milho transgênico da Bayer com outras espécies. O plano de monitoramento foi aprovado no mês seguinte, com o estabelecimento de distâncias mínimas.

De acordo com despacho da juíza, as normas recém-elaboradas pela comissão não atendem ao princípio da precaução da Lei de Biossegurança. Com isso, as autorizações já concedidas para os milhos Liberty Link, da Bayer e MON 810, da Monsanto, ficam suspensas. A decisão judicial atende à solicitação das organizações não-governamentais Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (Anpa); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Terra de Direitos.

Trabalhos interrompidos

Desanimados com as constantes intervenções da Justiça nas decisões da CTNBio, os membros da instituição decidiram não participar da reunião de outubro da comissão. Não houve quórum suficiente para que o encontro fosse realizado. A comissão é composta por 34 membros, dos quais 17 são titulares e a outra metade, suplentes. Compareceram 22 membros, dos quais 18 eram votantes, mas faltaram especialistas da área animal. A reunião pode

ser instalada com 14 membros – quórum quantitativo – desde que respeitada a presença de um especialista de cada área: humana, animal, vegetal e ambiental.

O Ministério da Ciência e Tecnologia encaminhou os elementos científicos e jurídicos ao órgão do Paraná para reverter a medida judicial. Para o diretor do Instituto de Genética e consultor da Embrapa, Ernesto Paterniani, a distância exigida no Brasil é um das mais rígidas do mundo. “Estudos científicos já comprovaram a eficiência do isolamento espacial”, afirma.

Atualmente, a CTNBio tem 11 solicitações de empresas para liberação de produtos, e algumas delas aguardam desde 2002. Entre os transgênicos aprovados pelo órgão, estão a soja RR da empresa Monsanto, liberada em outubro de 1998. Nova liberação ocorreu somente em 2004, quando o algodão Bollgard, também da Monsanto, passou pela avaliação da comissão.

A burocracia para liberar os produtos se deve a uma série de mudanças sofridas pela instituição desde 1998. De lá para cá, os processos de avaliação acumularam-se porque o órgão foi impedido, por duas vezes, de deliberar sobre a comercialização dos transgênicos. O poder de decisão voltou a ser de responsabilidade da comissão ao final de 2005, quando a Lei Nacional de Biossegurança foi regulamentada. Ainda assim, a aprovação está sujeita a recurso quando existem dúvidas quanto aos procedimentos de avaliação do órgão. Quando isso acontece, o produto é encaminhado ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNSB), composto por 11 ministros. De acordo com o gerente de regulamentação da divisão internacional da Dupont, Goran Kuhar, um dos milhos aprovado pela CTNBio este ano já é vendido na Argentina e nos Estados Unidos há dez anos.

A CTNBio deve voltar a analisar novos organismos geneticamente modificados (OGMs) apenas em fevereiro de 2008, quando deve haver novas análises. Em janeiro, não haverá reunião devido ao recesso. A reunião de novembro foi positiva, com a aprovação de 30 liberações para o experimento no meio ambiente, que estavam atrasadas três meses. ■